

## AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS ATUAIS

A autonomia da universidade pública assume lugar de destaque no debate sobre a atual política de educação superior do Brasil. O Prof. Dr. José Ivonildo do Rêgo, então Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES -, falou sobre essa questão aos Professores Antônio Cabral Neto e Maria Doninha de Almeida, em entrevista para *Educação em Questão*<sup>1</sup>.

**Educação em Questão** - Discute-se, neste momento, a existência de uma crise do conhecimento. A universidade, enquanto instituição produtora e disseminadora do conhecimento, insere-se nessa crise. Ao lado disso, a universidade enfrenta, ainda, um conjunto de problemas relacionados com a sua hegemonia, sua legitimidade e sua postura institucional. Diante dessa realidade, qual a sua opinião sobre a universidade brasileira?

**José Ivonildo do Rêgo** - Temos um sistema universitário muito novo e, talvez, por isso ele não tenha rapidez nas respostas a determinadas demandas geradas pelo processo de evolução da ciência e da tecnologia, como ocorre em países desenvolvidos. Apesar disso, o nosso sistema universitário experimentou um processo de crescimento muito grande. Isso porém, não significa desconhecer que a oferta do ensino superior em nosso País se encontra ainda em patamares muito baixos. Tal situação nos remete para uma questão relacionada com a incapacidade de o poder público equacionar o

atendimento referente ao ensino fundamental e médio. Entretanto, temos que reconhecer que, a partir da década de setenta, o governo vem desenvolvendo um conjunto de ações as quais têm resultado em um crescimento quantitativo e qualitativo da pós-graduação, principalmente, nas universidades públicas. Por outro lado, atualmente o processo de expansão da graduação é mais acentuado no setor privado, o que inverte a relação público / privado nesse nível de ensino. Esses dois fatos estabeleceram o desenho do atual sistema universitário brasileiro. Estou sempre separando público e privado, embora não seja tão simples porque dentro das instituições que chamamos de privadas encontra-se um segmento composto pelas universidades comunitárias que têm características públicas importantes. Hoje temos uma universidade pública que é responsável por grande parte da produção científica nacional e pela estruturação do quarto nível. Em termos da pós-graduação *stricto sensu* o que há de mais significativo se desenvolve nas instituições públicas. O sistema privado de ensino superior, por sua vez, está em processo de crescente ampliação da graduação, investindo periféricamente em cursos de pós-graduação *lato sensu*. Cabe então indagar: qual o papel de cada um desses sistemas? Provavelmente, a própria história terminou delineando o desenho enunciado. Pelo menos, na minha percepção, cada vez mais a universidade pública, em especial o sistema federal e algumas universidades estaduais, tem como função desenvolver pesquisa básica e fomentar a pós-graduação *stricto sensu*. O sistema privado, por sua vez, apresenta sinais de que vai continuar voltado para a graduação. Parece-me que essa tendência aponta para um papel de destaque do sistema privado no processo de expansão da graduação. Tudo indica que o sistema público, a não ser que haja uma injeção substancial de recursos financeiros nas universidades não terá condições

de atender toda a demanda de ensino de graduação. Portanto, nesse momento, tal atendimento se dará, na sua maioria, pelo crescimento das instituições privadas. Na minha opinião, o sistema público tem um papel estratégico nessa trajetória: garantir a existência da pesquisa básica para consolidar o desenvolvimento científico e tecnológico e para sustentar a pós-graduação, objetivando a formação de professores, cientistas e técnicos de alto nível que, inclusive, darão sustentação ao crescimento do sistema privado. Essa é a realidade que se configura atualmente. A universidade pública deve ter clareza desse papel, porque se ela quiser dar conta de tudo, ser responsável por tudo, pode negligenciar o essencial. É preciso entender que o sistema público é estratégico. Ele deve ser o lugar de referência, sobretudo para o estabelecimento de políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia, saúde, educação, por exemplo. Ele deve ter um papel muito importante para o Estado no que se refere à regulação, à fiscalização e ao controle do próprio sistema privado e do sistema do ensino superior na sua totalidade.

**Educação em Questão** - O Sr. aborda a questão público / privado. No seu entendimento o que seria de fato uma universidade pública? Como distinguir o público do privado ?

**José Ivonildo do Rêgo** - A distinção entre público e privado vai além da cobrança de taxas. Falei sobre as instituições comunitárias, que sempre consideramos como instituições pertencentes ao segmento privado. Mas, essas instituições têm um papel público muito importante na medida em que boa parte delas desenvolve significativos programas de extensão. Algumas delas como, por exemplo, as PUCs, têm se destacado na produção da pesquisa básica, no que pese o uso de recursos governamentais. Na minha opinião, esses recursos públicos devem, de fato, subsidiar tais instituições. A pesquisa básica não tem

como ser custeada pelo setor privado, porque os seus resultados retornam para a sociedade ao longo do tempo. É difícil entender o setor privado investindo diretamente em pesquisa básica, porque ele tem outra lógica, a do lucro. Aí, talvez, resida a grande diferença. Esse segmento não tem interesse em desenvolver pesquisa básica. Assim, não seria apenas a cobrança de mensalidade que distinguiria as instituições públicas das privadas. A distinção reside essencialmente no papel que cada uma delas desempenha no seu contexto regional e na sua capacidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. É isso que diferencia o público do privado. Eu classificaria como instituições públicas as universidades federais, as estaduais e uma parte das universidades comunitárias.

**Educação em Questão** - A cobrança de taxa nas universidades públicas não caracterizaria os primeiros passos em direção à privatização?

**José Ivonildo do Rêgo** – Em princípio, não.

**Educação em Questão** - Como é que Sr. avalia essa possibilidade de cobrança de taxas presente hoje na agenda do governo?

**José Ivonildo do Rêgo** - Existem instituições em vários países que cobram mensalidades de seus alunos e têm uma dimensão pública extremamente importante. A universidade de Harvard é privada, entretanto, é difícil pensar que ela não seja uma instituição pública no contexto dos Estados Unidos. O problema da cobrança de taxas em instituições públicas é uma questão complexa. No caso do nosso País a cobrança de mensalidades nas instituições públicas se depara com argumentos favoráveis e contrários. No entanto, sempre apresento argumentos favoráveis a não cobrança de mensalidades. Acho que isso não faz sentido em nosso País pela maneira como se constituiu o

sistema de ensino superior é, ainda, por conta das desigualdades existentes. Por conta da própria dimensão pública das universidades federais e pelo seu papel estratégico, em nossa sociedade não faz sentido cobrar mensalidades. Não devemos esquecer que no momento aproximadamente dois terços da população universitária estudam em instituições privadas. Nas instituições públicas, que atendem o outro terço, estudam muitos alunos que têm condições de pagar mensalidades, uma vez que uma fatia deles é oriunda de famílias de classe média e média alta. Essa distorção se dá, dentre outros fatores, pela fragilidade do ensino ministrado nas escolas públicas do ensino fundamental e médio, onde estuda grande parte dos alunos pertencentes às camadas sociais menos favorecidas.

**Educação em Questão** – O Sr. acha que essa elitização expressa um dos aspectos da evidente seletividade do nosso sistema de ensino?

**José Ivonildo do Rêgo** - Exatamente, a seletividade existe. Os pobres neste País não chegam a cursar nem o ensino médio, eles são excluídos logo no início. Mas, apesar de muitos não ingressarem na universidade existe uma parcela que, cada vez mais, tem acesso a ela. Além do mais, a existência de inúmeras áreas do saber depende exclusivamente das universidades públicas: agricultura e geologia, por exemplo. O sistema privado só investe onde tem mercado. Por outro lado, se estabelecermos um sistema de cobranças, por mais justo que fosse, ele não representaria mais do que 10% ou 15% do custo das nossas universidades públicas. É importante lembrar que as nossas universidades assumem, também, papéis que muitas vezes são do Estado como, por exemplo, na área da saúde os hospitais universitários que representam um elevado custo para essas instituições.

**Educação em Questão** – A imposição à universidade de funções próprias do Estado é uma característica da universidade brasileira?

**José Ivonildo do Rêgo** – Sim. Os Estados descobriram uma forma de utilizar indiretamente os recursos federais transferindo suas responsabilidades para as universidades. Isso acontece principalmente nas áreas de saúde e cultura. Na realidade isso está na raiz do próprio sistema universitário brasileiro. Ele acabou liderando um conjunto de atividades que tem um papel sócio-cultural muito importante como, por exemplo, museus, televisão, editoras, hospitais, escolas de música. Certamente os governos de alguns Estados não teriam condições de fomentar sozinhos o desenvolvimento dessas áreas. Por isso, eu acredito que a questão da cobrança de taxas no sistema público é uma questão menor. O mais importante é o retorno que a universidade dá para a sociedade. No entanto, essa não é uma questão simples. Os defensores dessa idéia têm formulado uma série de argumentos a favor da cobrança de taxas nas universidades federais, e é necessário prestarmos a atenção a seus argumentos.

**Educação em Questão** – Qual é a posição da ANDIFES em relação a essa problemática?

**José Ivonildo do Rêgo** - A posição da ANDIFES situa-se, mais ou menos, nessa linha que argumentei. Temos um trabalho realizado há dois anos. Trata-se de um perfil sócio-econômico dos alunos das universidades federais, com o objetivo de melhor entender essa realidade. Com base nesse perfil sócio-econômico, formulamos uma linha de argumentação fundamentada na compreensão política da não cobrança de taxas nas universidades públicas. O entendimento da ANDIFES é que o problema não reside em cobrar ou não cobrar taxas nessas instituições. O problema das universidades, dado a sua

dimensão, não seria resolvido com a adoção desse mecanismo de cobrança de mensalidades. O estudo procurou mostrar que a grande questão do financiamento dessas instituições é o alto custo da pesquisa, da pós-graduação, dos hospitais universitários, dos museus, e das bibliotecas, que não têm como ser custeados com anuidades.

**Educação em Questão** – Um outro tema preocupa os atores da universidade pública brasileira: a questão da autonomia. Na condição de representante da ANDIFES, qual a sua opinião sobre o modelo de autonomia proposto pelo MEC?

**José Ivonildo do Rêgo** - Autonomia todo mundo quer: o governo; as universidades; os próprios sindicatos, as várias entidades. A grande discussão reside no conteúdo de tal autonomia. É exatamente aí que se localiza a área de conflitos. A questão da autonomia está na essência da história da universidade. Em nosso País ela é uma questão que se faz presente desde o início das primeiras faculdades. Entretanto, a questão da autonomia ocupa espaço privilegiado na agenda política, principalmente nas últimas décadas e mais enfaticamente no final da década de 80 e início dos anos 90. Isso, talvez, se relacione com o crescimento do nosso sistema universitário e com a interferência do Estado, sobretudo, com a submissão, cada vez maior, das universidades públicas ao controle burocrático e com a inadequação desse controle sobre o funcionamento dessas instituições. Neste momento o problema vem à tona com mais intensidade. A Constituição de 1988 é o grande referencial e um marco importante, porque pela primeira vez é assegurada, em um texto constitucional, a autonomia da universidade. A partir da Constituição de 1988 ocorreu um fato interessante: as instituições privadas, que já tinham autonomia para gerenciar administrativa e financeiramente o seu projeto, o que não ocorria com as instituições públicas, passaram a ter maior autonomia acadêmica,

principalmente para criar novos cursos. Nesse contexto, surgiu a necessidade de um controle mais sistemático nessa área por parte do Estado, sobretudo no que se refere ao sistema privado, considerando o descontrole que se tem em alguns setores desse sistema. O sistema privado não tem problema com a autonomia, pelo contrário, ele não quer qualquer regulação. Para ele está tudo muito bem. O sistema público enfrenta problemas com a chamada autonomia econômica, administrativa e financeira. Esse sistema tem sérios problemas de gerenciamento administrativo e financeiro o que dificulta o exercício da autonomia acadêmica. As universidades públicas submetem-se ao controle da burocracia estatal, inadequada para uma instituição que trabalha com o conhecimento. Este é o problema. Depois da Constituição de 1988 se achava que o problema da autonomia estaria resolvido. Mas, em seguida se iniciou um amplo debate porque o Estado não demonstrava nenhuma vontade em retirar os seus mecanismos burocráticos de controle sobre as universidades. Daí, a ampla discussão sobre o significado da autonomia. Em 1994 foi elaborada uma agenda sobre o tema autonomia que contemplou uma discussão envolvendo o MEC, a ANDIFES, a FASUBRA, a ANDES e a UNE. No início do atual governo esse agenda foi suspensa e a discussão retomada tendo como interlocutor privilegiado apenas a ANDIFES. Apesar dos inúmeros apelos da ANDIFES, o Ministro não aceitou retomar o debate incluindo os interlocutores que haviam participado do debate já iniciado. A partir desse momento, principalmente nos anos de 1996 e 1997, tivemos uma grande discussão sobre o que estava previsto no artigo 207 da Constituição, ou seja, se ele era auto-aplicável ou não. A ANDIFES, a partir do ano de 1996, intensificou o debate, tomando como referência os estudos já acumulados em todo processo de discussão realizado anteriormente com a participação de entidades da sociedade, e

formulou um projeto de Lei Orgânica. Essa Lei seria o instrumento jurídico que regulamentaria o processo de autonomia. De fato, nesse momento, passamos a compreender que a autonomia não se constituía em uma dimensão absoluta, isto é, precisava ter um instrumento jurídico que regulamentasse a relação das universidades com o Estado. Esse projeto de Lei Orgânica foi aprovado consensualmente no âmbito da ANDIFES em outubro de 1996. O referido projeto procurou assimilar a discussão que tivemos com o governo também nesse período. Entretanto, posteriormente o governo passou a ter um entendimento diferente do nosso alegando que precisava alterar a Constituição e, em nossa compreensão, a Constituição não deveria ser alterada. Logo em seguida o governo enviou uma Emenda Constitucional para o Congresso que tratava de duas questões: a criação do Fundo de Valorização do Magistério do Ensino Fundamental (FUNDEF); e a autonomia. Em relação a esta última, modificava apenas o artigo 207 introduzindo a expressão “na forma da lei”, o que significa que a universidade teria autonomia, mas na forma da lei. Com isso, o governo queria garantir o seu espaço para regulamentar o processo de autonomia de forma a atender aos seus interesses. Diante dessa posição, houve uma unanimidade do setor das federais e, inclusive do próprio setor privado que não quer se submeter a absolutamente a nada, não quer lei nenhuma. Frente a esse posicionamento o governo recua em relação a autonomia e volta-se para a Emenda relativa ao ensino fundamental. Em seguida propõe a PEC-370 que trata especificamente da autonomia. Nesse momento constituiu-se, na Câmara dos Deputados, uma comissão para estudar especificamente a PEC-370, propiciando uma grande discussão em torno da questão da autonomia. O governo, a partir desse momento, apresentou uma proposta de modificação de inúmeros aspectos da Constituição, sendo

um deles a questão do orçamento global. A universidade teria um montante de recursos e poderia gastá-lo da forma mais conveniente possível, acabando com as amarras atualmente existentes. Na alteração da Constituição estava implícita a retirada das universidades de uma série de itens como, por exemplo, o Regime Jurídico Único. A ANDIFES, que tinha uma proposta de Lei Orgânica e compreendia que não se deveria alterar a Constituição, reavaliou o seu papel. Não poderíamos ficar de fora da discussão desencadeada no Congresso Nacional, porque essa discussão estava ocorrendo tendo como referência uma Emenda Constitucional. Passamos, então, a participar da discussão no Congresso tendo como referência a nossa proposta de Lei Orgânica. A posição da ANDIFES foi a seguinte: discutir alguns dos pontos de nossa proposta de Lei Orgânica com o governo e com o Congresso. O fato de participar dessa discussão no Congresso nos permitiu construir uma articulação que culminou com a Frente Parlamentar, constituída durante a última greve. Tal Frente foi importante e vem rendendo significativos frutos. A partir daí, estamos construindo outras estratégias para manter viva a nossa relação com o Congresso. A discussão foi muito boa, inclusive, do ponto de vista do próprio governo uma vez que contou com a participação do Ministério da Educação, entretanto, foi interrompida, no final do ano de 1997, por conta de um impasse que surgiu na questão do financiamento. Na proposta de Emenda Constitucional o financiamento estava desenhado da seguinte forma: criava-se um Fundo de manutenção do ensino superior constituído por 75% dos 18% dos recursos que hoje são destinados, pela União, para educação, que é o que prevê o artigo 212 da Constituição. Na verdade, existem hoje inúmeras discussões sobre esse Fundo, mas a ANDIFES propunha que ele fosse exclusivo para as instituições federais de ensino superior. O governo e uma parte do Congresso queriam que ele fosse destinado a todo o ensino superior

do País. Outro ponto polêmico da discussão diz respeito à duração do Fundo, o governo queria que o Fundo tivesse uma duração de 10 ou 15 anos (se não me engano) e nós da ANDIFES defendíamos um Fundo sem limitação de tempo. Depois de muita discussão se chegou a um acordo importante: o Fundo seria por 10 ou 20 anos (não me lembro bem) e seria exclusivo das universidades federais. Este último aspecto representa um ganho importante. Outro aspecto que nós defendemos, nesse momento, relaciona-se com as fontes de recursos do Fundo. A nossa proposta era que além dos 75% dos recursos oriundos dos 18% destinados para a educação pela União, também, fossem destinados novos recursos para compor o Fundo. O acordo fechado com o MEC foi vetado posteriormente pela área econômica, ficando claramente configurado que, na realidade, o Ministério da Educação não tinha liberdade para tomar esse tipo de decisão. As informações que se tem extra-oficialmente é que o próprio Presidente da República tinha dado o aval para o Ministro da Educação negociar o limite dos 75%. Em função desse ocorrido, o MEC comunicou que estava havendo uma dificuldade na área econômica e que o governo tinha assumido o compromisso de apresentar uma nova proposta. A área econômica é contrária a qualquer tipo de vinculação orçamentária.

**Educação em Questão** - Se a proposta contemplasse o ensino superior na sua totalidade - público e provado - a área econômica do governo não teria vetado?

**José Ivonildo do Rêgo** - Em certos momentos, circularam informações nesse sentido. Eles poderiam ter aceito porque seria uma proposta mais abrangente. Somente para as instituições federais seria restritiva, eles não aceitariam. Na minha avaliação, a área econômica não quer qualquer tipo de vinculação. A nossa proposta de Lei Orgânica contemplava aspectos importantes sobre o financiamento, mas é uma questão muito complicada. Queremos chegar a um acerto sobre o

financiamento porque a partir daí as outras questões serão equacionadas. Se não chegarmos a um acordo sobre essa questão do financiamento não temos como discutir as outras questões. Como essa é uma discussão que passa pela área econômica, o MEC não tem muita flexibilidade para decidir sobre tal.

**Educação em Questão** - Nesse sentido, pode-se concluir que no atual contexto brasileiro, no que se refere ao financiamento das universidades públicas, as decisões, em última instância, estão subordinadas a área econômica?

**José Ivonildo do Rêgo** - Na minha opinião essa é uma decisão política e tem que ser tomada em nível de Presidência da República. Nesse momento de crise fiscal do Estado, a área econômica do governo tem mostrado um poder muito forte nas decisões relativas a essa questão. Por isso, a autonomia só virá se for resultante de uma definição política da Presidência da República.

**Educação em Questão** - Na atual conjuntura, qualquer modelo de autonomia proposto pelo governo não seria bastante restrito?

**José Ivonildo do Rêgo** - Essa é uma preocupação que a ANDIFES vivencia. A atual conjuntura pode criar dificuldades na definição, por parte da Presidência da República, de um modelo de autonomia que contemple alguns princípios da nossa proposta. Na minha compreensão, é preferível transferir essa decisão para um momento mais favorável, porque sem uma definição clara sobre a questão do financiamento seria um suicídio para as universidades federais.

**Educação em Questão** - O modelo de autonomia para as universidades públicas brasileiras, se for decidido nesse momento, estará subordinado à área econômica do governo?

**José Ivonildo do Rêgo** - Acho que tem que ser uma decisão política, inclusive sobrepondo-se à questão econômica que é muito

crítica. Entretanto, diante das dificuldades que o País enfrenta para equacionar as contas públicas obviamente a discussão nesse momento de crise, que envolve componentes globais e locais complicados, dificultaria uma tomada de decisão favorável para às universidades. Se, de fato, a gente não pensar mais à frente poderemos inviabilizar esse processo de discussão. A questão da vinculação é uma garantia importante, porém, nesse contexto certamente enfrentará dificuldades. Somente quando o País equacionar o seu problema das contas públicas, do seu orçamento, quando o País voltar a crescer esse orçamento voltará a crescer criando uma nova perspectiva para a universidade. É impossível fazer qualquer discussão sem conhecer a realidade econômica do País, porque as universidades não estão fora do País, da nossa realidade social e econômica. Isso não significa que vai aparecer dinheiro para as universidades mas esperamos que se crie uma conjuntura favorável para a definição dessa questão. A proposta da ANDIFES contempla outros aspectos que têm um grande impacto no orçamento das universidades como, por exemplo, o pagamento dos inativos. O pagamento dos inativos seria transferido para união, isto é, não seria incluído nos 75% destinados ao orçamento das universidades. Também tem a questão dos hospitais que é outro item muito bem dimensionado em nossa proposta. É claro que esse não é o único ponto. Resolvida a questão do financiamento temos que enfrentar outras questões que são também polêmicas, mas acredito que temos um ambiente mais favorável para enfrentá-las. A primeira delas é o Regime Jurídico. Nossa proposta está relacionada com a idéia de criar um sistema federal de instituições de ensino superior rejeitando, portanto, a defesa das carreiras próprias para cada instituição.

**Educação em Questão** - Quais são as possibilidades reais de a ANDIFES negociar com o governo essa proposta?

**José Ivonildo do Rêgo** - Essa questão causa controvérsias

dentro da própria ANDIFES. Em função disso, a nossa Lei Orgânica prevê uma carreira única com um piso salarial único garantido pelo orçamento da união, quer dizer, isonomia com recursos da união e a possibilidade de diferenciação salarial propiciada pelos recursos captados pela instituição através de projetos. Esse foi o entendimento que construído em 1999. Mas continuam existindo algumas instituições que acham que cada uma deve ter sua própria carreira. A ANDIFES vai lutar por essa proposta, mas a sua concretização depende também do envolvimento de outros setores nessa luta. Se eles se envolverem positivamente a gente pode construir algo mais consistente, se eles se envolverem menos o governo não vai precisar ceder tanto. Acho que a tendência é construirmos uma carreira com parâmetros nacionais dando uma certa liberdade para as instituições contemplarem as suas especificidades.

**Educação em Questão** – Como o Sr. avalia a possibilidade da universidade brasileira gerar receita própria, particularmente do nordeste?

**José Ivonildo do Rêgo** - Essa é uma questão que está sendo enfrentada pelas universidades de todo mundo. É preciso desmistificá-la. Se considerarmos o sistema americano, o M.I.T, por exemplo, capta da iniciativa privada, em torno de 15% do seu orçamento. A Universidade de Harvard o montante deve ficar em torno de 6%. O setor privado dos Estados Unidos investe muito dinheiro em pesquisa mas nos laboratórios das próprias indústrias. A pesquisa básica, por sua vez, deve ser responsabilidade do Estado. Assim, grande parte dos recursos das universidades públicas, vai ter que continuar sendo de responsabilidade do Estado. É importante buscar parcerias com outros segmentos e com instituições públicas ou privadas para criar fontes alternativas de recursos e viabilizar inúmeras iniciativas. Por exemplo, estamos trabalhando num programa de formação de professores com o Estado e os municípios que estão dando a sua contra-partida no custeio dessa

formação. São recursos públicos porém de uma outra fonte.

**Educação em Questão** - A iniciativa privada tem contribuído e/ou facilitado a concretização das parcerias?

**José Ivonildo do Rêgo** - No âmbito da iniciativa privada essas parcerias são ainda restritas. Primeiro porque não temos tradição de investimentos. Segundo porque as universidades não têm muita prática de interação com o setor privado do País. O modelo de industrialização do País criou um tipo de empresário avesso a incentivos nesse campo, dificultando essa articulação. Mas, mesmo assim, temos algumas iniciativas importantes com empresas como a Petrobrás que é uma estatal. No entanto, a própria universidade também tem uma parcela de culpa nesse afastamento. Ela resiste a essa relação com o setor privado. Na parte de treinamento, que é uma área importante, já temos um avanço e a tendência é de crescimento: os cursos de especialização que as universidades oferecem, dirigidos para o setor privado, para atender determinadas demandas específicas de qualificação e treinamento, são exemplos que considero muito importantes. Na parte de pesquisa aplicada podemos pontuar algumas iniciativas ainda, que de grupos ou instituições isoladas.

**Educação em Questão** - Nesse momento, marcado pela crise fiscal do Estado, resultando em cortes de verbas para as universidades, e diante das dificuldades de captar recursos alternativos, principalmente na região nordeste, quais as perspectivas para as universidades brasileiras?

**José Ivonildo do Rêgo** - A alternativa é buscar alianças com a classe política e com outros setores da sociedade para se ter políticas diferenciadas regionalmente. É preciso que o nordeste tenha uma boa universidade assim como existe em São Paulo, porque essas instituições têm um papel estratégico no desenvolvimento de cada uma dessas regiões. O papel das instituições públicas, em cada uma das regiões

do País, é criar uma boa competência na área de pesquisa. Quando falo pesquisa estou me referindo à pós-graduação porque, na realidade, esse nível de ensino é o ambiente natural para o desenvolvimento da pesquisa em nossas universidades. É preciso, pois, ter uma visão estratégica também nesse sentido. É necessário desmistificar a idéia segundo a qual o custo do aluno na universidade pública é muito alto. A ANDIFES deu uma boa contribuição nesse sentido mostrando, a partir de um estudo, que o custo de um aluno de graduação nas universidades públicas não é diferente das instituições particulares, principalmente quando se desvincula os gastos com pesquisa e hospital, por exemplo. Para o argumento que o custo aluno é muito alto propusemos uma solução ao governo: aumentar o número de vagas nas universidades federais sem aumentar o número de professores. No final, propusemos o seguinte: aumentar em 50% o número de alunos e o governo investir mais em custeio, manutenção e infra-estrutura das universidades federais. Se temos um orçamento em torno de 5 bilhões e se acrescenta 5% isso representaria 250 milhões a mais para o custeio e manutenção das universidades, o que seria um bom dinheiro. Tais recursos, mantida a sua continuidade, seriam suficientes para os problemas de infra-estrutura, de equipamentos e de laboratórios. O governo achou positiva a proposta e prometeu responder. O objetivo é forçar o governo a criar alguns fundos de investimentos nas universidades. Com isso, as universidades teriam a possibilidade de equacionar seus problemas de infra-estrutura, laboratórios e instalações físicas. O entendimento é o seguinte: não é possível aumentar o número de alunos nas universidades de uma forma tão significativa com a mesma postura tradicional em relação ao seu funcionamento. Temos que introduzir novas tecnologias; aproveitar os alunos da pós-graduação no trabalho da graduação; acabar com a enorme evasão (existem cursos que iniciam com 40 alunos e concluem apenas 10). É preciso aumentar a

oferta de vaga em função da legitimidade da universidade. Precisamos sair de uma postura do passado marcada pela contestação sem a proposição de alternativas para uma postura propositiva. Essa foi a linha que procurei estabelecer enquanto dirigente da ANDIFES.

**Educação em Questão** – É possível encerrarmos esta entrevista com um comentário comparativo entre as universidades das várias regiões do País e sua relação com as universidades da América Latina?

**José Ivonildo do Rêgo** - Trabalhamos sempre com a idéia de sistema nas instituições federais. Queremos construir um sistema de qualidade para todo o País. A verdade é que atualmente temos um sistema bastante diferenciado. Existem instituições que avançaram mais e outras que avançaram menos. O objetivo seria a busca de um padrão único de qualidade para essas instituições, respeitando as diferenças regionais. Em relação ao contexto da América Latina podemos dizer que o Brasil tem o melhor e mais importante sistema de pós-graduação. Todas as informações disponíveis sobre o sistema de pós-graduação na América Latina evidenciam que o Brasil é o País que tem a melhor pós-graduação, tanto do ponto de vista de quantidade quanto da qualidade da formação. A nossa avaliação é reconhecida no mundo todo. Mas, com o MERCOSUL torna-se necessária uma maior integração das universidades latino-americanas, porque os problemas são semelhantes. Essa integração dá uma dimensão política continental e fortalece as nossas universidades para o enfrentamento das suas dificuldades. Acredito que o Brasil, pela pujança da sua pós-graduação, deve assumir a liderança desse processo de integração.

## **NOTA**

---

<sup>1</sup> Realizada em 24/03/1999. Revisada pelo entrevistado.